Junho de 1968), com a nova redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 117/75, de 8 de Março, aprovar como normas definitivas os estudos E-1624, E-1639, E-1640 e E-1680, com as alterações propostas nos respectivos pareceres do Conselho de Normalização e com os números e títulos seguintes:

- NP-1233 — Ácido sulfúrico e ácido sulfúrico fumante para usos industriais. Determinação do teor de azoto total.
- NP-1234 — Clorato de sódio para usos industriais. Determinação do teor de cloretos. Processo mercurimétrico.
- NP-1235 — Clorato de sódio para usos industriais. Determinação da humidade.
- NP-1236 — Hidróxido de potássio para usos industriais. Determinação do teor de sódio. Processo gravimétrico.

Ministério da Indústria e Tecnologia, 26 de Fevereiro de 1976. — Pelo Ministro da Indústria e Tecnologia, *Luis Filipe de Moura Vicente*, Secretário de Estado da Indústria Ligeira.

Portaria n.º 210/76

de 8 de Abril

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Indústria e Tecnologia, nos termos do parágrafo 2 do artigo 4.º do Estatuto de Normalização Portuguesa (Decreto-Lei n.º 38 801, de 25 de Junho de 1952, modificado pelo Decreto-Lei n.º 48 454, de 25 de Junho de 1968), com a nova redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 117/75, de 8 de Março, aprovar como normas definitivas os estudos E-1711 e E-1712, com as alterações propostas nos respectivos pareceres do Conselho de Normalização e com os números e títulos seguintes:

- NP-1237 — Hidróxido de sódio para usos industriais. Determinação do teor de carbonatos.
- NP-1238 — Hidróxido de potássio para usos industriais. Determinação do teor de carbonatos.

Ministério da Indústria e Tecnologia, 26 de Fevereiro de 1976. — Pelo Ministro da Indústria e Tecnologia, *Luis Filipe de Moura Vicente*, Secretário de Estado da Indústria Ligeira.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PISCAS

Decreto-Lei n.º 262/76

de 8 de Abril

O presente decreto-lei insere-se no âmbito da legislação complementar do Decreto-Lei n.º 406-A/75, de 29 de Julho, cuja premência se justifica pela necessidade de enquadrar o processo de reforma agrária técnica e financeiramente, estabelecendo-se regras precisas para o reconhecimento das novas unidades de produção, a título transitório.

O Decreto-Lei n.º 406-B/75, de 29 de Julho, estabeleceu um certo número de princípios que, contudo,

não têm vindo a ser respeitados na prática. Torna-se assim necessário, sem prejuízo da definição futura do estatuto das novas unidades de produção, fixar desde já, ainda que a título provisório, os requisitos indispensáveis para o reconhecimento das novas unidades a reconhecer.

O preenchimento destes requisitos em relação às unidades já reconhecidas nos termos do Decreto-Lei n.º 406-B/75, de 29 de Julho, tem como objectivo o estudo da sua reorganização.

Nestes termos:

Usando da faculdade conferida pelo artigo 3.º, n.º 1, alínea 3), da Lei Constitucional n.º 6/75, de 26 de Março, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º O artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 406-B/75, de 29 de Julho, passa a ter a seguinte redacção:

Art. 2.º — 1. O reconhecimento das novas unidades de produção compete ao Ministro da Agricultura e Pescas, sob proposta do Secretário de Estado da Estruturação Agrária, verificados os seguintes requisitos:

- a) Requerimento a pedir o reconhecimento, dirigido ao Ministro da Agricultura e Pescas, acompanhado de documento que apresente a análise estrutural da exploração antes da intervenção e, bem assim, o plano da exploração do ponto de vista técnico e económico;
- b) Acta da reunião dos interessados, de que conste a identificação da unidade de produção, através da sua designação, sede social e situação dos prédios ou baldios objecto da exploração, bem como a identificação de todos os interessados, com indicação da profissão exercida até à data da integração na unidade colectiva e constituição da comissão directiva eleita.

2. As unidades de produção já reconhecidas deverão, no prazo de sessenta dias, apresentar os elementos referidos no número anterior, para efeitos da sua reorganização.

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros. — *José Baptista Pinheiro de Azevedo* — *António Poppe Lopes Cardoso* — *António Francisco Barroso de Sousa Gomes*.

Promulgado em 26 de Março de 1976.

Publique-se.

O Presidente da República, FRANCISCO DA COSTA GOMES.

MINISTÉRIOS DO COMÉRCIO INTERNO E DO COMÉRCIO EXTERNO

Portaria n.º 211/76

de 8 de Abril

Os preços de venda do café-bebida e do copo de leite, sujeitos ao regime de preços máximos, foram